



Religião e Sociedade: Hegemonia ou Submissão

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2019

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Religião e Sociedade: Hegemonia ou Submissão

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
R382	Religião e sociedade [recurso eletrônico] : hegemonia ou submissão / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-685-0 DOI 10.22533/at.ed.850190710 1. Religião e política. 2. Religião e sociologia. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 291.177
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Compreender o paradoxo da constituição de nosso espaço público republicano, que ao laicizar o Estado criou relações privilegiadas com a Igreja católica é crucial para se compreender a organização do campo religioso brasileiro. Até meados do século XX, assim como a natureza das novas transformações acentuadas a partir da década de 1960 (inclusive aquelas ocorridas no seio do próprio catolicismo). Pode-se dizer que, durante a primeira metade do século XX, o espaço público republicano destinado às religiões foi desenhado sob a hegemonia das instituições católicas, que contaram com a simpatia e a cumplicidade de inúmeras esferas do Estado. O que ocorreu a partir da segunda metade do século XX é que a Igreja Católica passou a perder sua posição hegemônica e sofreu enorme desgaste. Tal instituição inauguraria uma abertura diplomática em relação aos “povos não-crentes” e passaria a admitir o esforço pelo reconhecimento das religiões não ocidentais e de outros ramos do cristianismo, mesmo aqueles gerados dentro de suas próprias estruturas de outrora, e expurgados como expressão do paganismo ou do diabo. A partir de então, estratégia convencional de combate direto a outros cultos, já sem eficácia, abriu caminho para que outros cultos disputassem a legitimidade de sua presença no espaço social. O enfraquecimento da hegemonia católica criou assim condições para que a liberdade religiosa viesse a ser uma experiência social de mais amplo espectro (ALMEIDA & MONTERO, 2000:328-330). Em muitas nações católicas, a passagem para a segunda metade do século XX foi um momento marcado pelo desejo das próprias comunidades católicas locais de uma ampla reforma litúrgica. Isso se traduziu nos primeiros esforços efetivos tomados durante o pontificado de Pio XII (1939-1958) de aproximação com os grupos afastados da Igreja e da fé, e, assim, de um maior diálogo com as religiosidades nativas e populares, abrindo a possibilidade de um melhor entendimento com outras religiões.

Apesar da multiplicidade de planos que perpassam a experiência histórica que levou até o Concílio Vaticano II, incluindo aí questões particulares da Igreja romana e da Igreja Católica no Brasil, as principais linhas de força da primeira metade do século XX que influíram na caminhada até ele podem ser resumidas em cinco mudanças fundamentais: um novo posicionamento da Igreja diante da modernidade e do mundo; uma alteração profunda na compreensão do conceito de “leigo”, que levou a uma participação mais efetiva do povo na vida da Igreja; uma renovação eclesial e litúrgica aproximando clero e fiéis; a intensificação da participação e organização comunitária na Igreja e a guinada em direção a um discurso conciliador com a realidade da diversidade religiosa. Dessa forma, pode-se definir esse percurso histórico como um esforço renovador da Igreja Católica; inicia-se durante o fim da primeira metade do século XX, ganhando maior intensidade e densidade ao longo da década de 1950, até culminar na ocorrência do Concílio Vaticano II. Essa atitude inovadora, embora só se

estabeleça efetivamente após o Concílio Vaticano II, emergiu como uma alternativa à defesa da fé católica em termos apologéticos, característica do episcopado brasileiro durante toda a primeira metade do século XX. Portanto, em relação às outras religiões e às “religiosidades populares”, a grande inovação promovida pelo Concílio Vaticano II foi a passagem de uma atitude combativa, em contraposição às outras vertentes religiosas, para uma atitude de relativa compreensão e diálogo. Essas e outras profundas inovações convergentes no Concílio Vaticano II não se instalaram de forma imediata na sociedade, e também não foram decididas sem conflitos. Vários modelos eclesiológicos estavam em jogo. A abertura ao diálogo com o mundo contemporâneo e com as outras religiões ocorreu num período de maior aprofundamento das transformações em trânsito no século XX, e conseqüentemente de um profundo deslocamento do lugar na religião e da cristandade nas sociedades. No caso de muitos países ocidentais, incluindo o Brasil, a cristandade deixaria de ser o eixo estruturante do conjunto social, para que agora tivesse que “conquistar com suas próprias forças um espaço, a partir da consciência individual, não obstante sua marginalização na vida pública” (MATOS, 1997:341). Esse processo de mudanças históricas instaladas pelo Concílio Vaticano II ainda permanece em andamento, com retrocessos e avanços eventuais, de forma que mais de 40 anos depois ainda seja difícil prever ou mensurar o impacto efetivo e definitivo das propostas lançadas pelo Concílio. Campo religioso brasileiro na contemporaneidade? Creio que o melhor equacionamento de tal questão só é possível utilizando-se como lente de análise de estudos a Sociologia da Religião contemporânea, que, de alguma forma, encontram como denominador comum as questões pioneiramente propostas por Simmel, que no início do século XX indagou qual seria o papel ocupado pela religião em meio às transformações da sociedade moderna. A busca hoje do pertencimento a manifestações religiosas “populares”, notadamente expressões coletivas da fé, pode também ser interpretada como busca individual pela transcendência ou espiritualidade por meio dos elementos mágico-afetivo-sensitivos presentes em tais cultos/festejos e consoante os atributos da mística: suas dimensões coletivas (e muitas vezes festivas) permitem também o contato direto com o universo do sagrado sem a obrigação de intermediações hierárquicas ou ritos inflexivelmente estruturados, em grande parte através de recursos rituais permeados pela música, pela dança ou pela teatralidade. São formas de agradar tanto aos sentidos, quanto a Deus, aos santos ou entidades sagradas. Além disso, a relação com o universo do sagrado dá-se tanto individual como coletivamente, no prazer transcendente do contato consigo e com o outro. Assim, pode-se dizer que hoje manifestações religiosas “populares” ganham novo sentido de existência diante das profundas mudanças ocorridas no campo religioso brasileiro, pois, em sua dinamicidade, reúnem aspectos da comunidade, da igreja e da mística, permitindo o multipertencimento da religiosidade transversal contemporânea, seja ele concomitante ao catolicismo, ao kardecismo ou aos terreiros. Além disso, a pertença a tais manifestações e a notoriedade pública proporcionada

por ela constitui também capital cultural individual e coletivo, que possibilita (auto) afirmação identitária e pertencimento a um grupo (mesmo que flexível), além da atribuição a tais manifestações do status de patrimônio cultural.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IGREJA CATÓLICA: SEXUALIDADE E A DITADURA MILITAR NO BRASIL	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Monica Soares	
Paulo Rennes Ribeiro Marçal	
Isabel Cristina Correa Cruz	
Carlos Simão Coury Corrêa	
Andreza de Souza Fernandes	
Fernando Sabchuck Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.8501907101	
CAPÍTULO 2	12
A FUNÇÃO ECLESIAL DOS CARISMAS EM 1COR 12	
Marcela de Jesus Dias	
Vicente Artuso	
DOI 10.22533/at.ed.8501907102	
CAPÍTULO 3	20
ITINERÁRIO DA SINODALIDADE NA IGREJA: DAS ORIGENS DA IGREJA À VOLTA ÀS FONTES DO VATICANO II	
Pedro Paulo das Neves	
DOI 10.22533/at.ed.8501907103	
CAPÍTULO 4	38
ECOFEMINISMO: EM DEFESA DA DIGNIDADE DAS MULHERES E DA NATUREZA	
Severino Arruda da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8501907104	
CAPÍTULO 5	49
AS BASES FILOSÓFICAS DA VISÃO NA CONTEMPORANEIDADE A RESPEITO DE DEUS	
Adelcio Machado dos Santos	
Joel Haroldo Baade	
DOI 10.22533/at.ed.8501907105	
CAPÍTULO 6	60
ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA. PASTORAIS SOCIAIS NA DIOCESE DE JOINVILLE – ANOS 1960-1990	
Rebecca Wuerz Balsanelli	
Rita de Cássia Pacheco	
Clélia Peretti	
DOI 10.22533/at.ed.8501907106	
CAPÍTULO 7	71
FUNDAMENTALISMOS, INTOLERÂNCIAS E LAICIDADES: A RELIGIOSIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	
Celso Gabatz	
DOI 10.22533/at.ed.8501907107	

CAPÍTULO 8	82
MARIOLOGIA DE ANTÔNIO CONSELHEIRO: A MARIA DAS 'PRÉDICAS AOS CANUDENSES	
Izaias Geraldo de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.8501907108	
CAPÍTULO 9	90
PERSEGUIÇÃO CONTRA RELIGIÃO AFRO BRASILEIRA AUMENTA VIOLÊNCIA NA	
CIDADE DO RIO DE JANEIRO, BRASIL	
Flávia Abud Luz	
Monica Abud Perez de Cerqueira Luz	
DOI 10.22533/at.ed.8501907109	
CAPÍTULO 10	99
RELIGIÃO E A POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE O ELEITORADO EVANGÉLICO	
Leandro Ortunes	
Silvana Gobbi Martinho	
Tathiana Senne Chicarino	
DOI 10.22533/at.ed.85019071010	
CAPÍTULO 11	104
UM REFORMADOR BRASILEIRO NO BRASIL IMPERIAL	
Raimundo Nonato Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.85019071011	
CAPÍTULO 12	116
OS CONTORNOS DA TÉCNICAS DE SI NA SEXUALIDADE E NA HISTÓRIA DA RELIGIÃO NO	
BRASIL	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
Maria Regina Momesso	
Fernando Sabchuk Moreira	
Andreza de Souza Fernandes	
Carlos Simão Coury Corrêa	
Isabel Cristina Correa Cruz	
Valquíria Nicola Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.85019071012	
SOBRE A ORGANIZADORA	130
ÍNDICE REMISSIVO	131

OS CONTORNOS DA TÉCNICAS DE SI NA SEXUALIDADE E NA HISTÓRIA DA RELIGIÃO NO BRASIL

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Maria Regina Momesso
Fernando Sabchuk Moreira
Andreza de Souza Fernandes
Carlos Simão Coury Corrêa
Isabel Cristina Correa Cruz
Valquiria Nicola Bandeira

RESUMO: Este artigo pretende trazer a discussão do tema sexualidade a partir da sua construção histórica, seus mecanismos de controle pelas instituições, especialmente a religião. De forma linear destaca-se a história da sexualidade a partir dos povos da Antiguidade, tanto no Oriente em que os filósofos indicavam que a sexualidade conferia iluminação espiritual, mas especialmente no Ocidente, onde gregos e romanos a partir da filosofia clássica aceitavam a sexualidade sem uma imposição moralista, porém o prazer devia ter regramento. Já na Idade Média, a partir do cristianismo a sexualidade passa a ser vista como pecado, e este período destaca-se, pois a visão de mundo medieval influenciou definitivamente a nossa moral sexual. Por fim, na história do Brasil onde a religião teve uma influência na moralidade sexual já a partir dos primeiros padres jesuítas até as posições oficiais das religiões atuais sobre a sexualidade, sobretudo a posição

da Igreja Católica com o papa Bento XVI. E ainda investigar em que medida é possível desenvolver uma compreensão teológica que tenha como pressuposto a abordagem sobre as técnicas de si empreendidas por Michel Foucault em sua última fase, principalmente em sua obra *A hermenêutica do sujeito*.

PALAVRAS-CHAVE: Religião. Sexualidade. História. Técnicas de Si.

INTRODUÇÃO

A religiosidade é de significativa importância para os seres humanos. Seja qual for sua religião, não podemos deixar de reconhecer que ela teve uma forte influência no comportamento e, portanto, na sexualidade humana. É muito útil ter noções de sexualidade do ponto de vista da religião em uma perspectiva histórica, a fim de provocar uma consciência de seus valores, dificuldades, medos, conflitos, entre outros. De uma maneira díspar, enquanto ainda se apresenta como um viveiro de intensa elaboração, a sexualidade desperta interesse pelas religiões e é uma questão importante de preocupações éticas debatidas pelos teólogos. Além disso, a religião tem sido um fator determinante na sexualidade humana ao longo da história, às vezes impondo regras rígidas, às vezes

buscando orientar o ser humano nessa dimensão tão importante da vida. A escola, como um todo e como uma das obrigações do Estado, também deve pensar e agir no campo da sexualidade, em todos os níveis possíveis de ação, mas foi reduzida a discussões biologizantes e de uma maneira muito técnica, isto é, verificado no que diz respeito à contracepção, apenas o uso de métodos contraceptivos como um viés único para evitar a gravidez precoce ou “indesejada” é enfatizada.

Partimos do pressuposto de que, na escola, é importante abrir espaços para que os jovens discutam tabus, preconceitos e a sexualidade em geral, buscando ampliar seus conhecimentos sobre a vida sexual e sua própria sexualidade de um ponto de vista histórico, a fim de ter um espectro mais amplo e de certa forma um assunto mais crítico e contextualizado. A orientação teórica foi baseada no julgamento crítico das autoridades sobre o assunto que já tem notoriedade científica sobre a temática. No que se refere à religião, Peter Berguer (1985), por exemplo, analisa a sociologia da religião como uma importante contribuição para o tema desde a “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” de Max Weber. Ele apresenta como esclarecer várias vezes a relação irônica entre religião e sociedade. Também Emile Durkheim (1996) procura elaborar uma teoria geral da religião, baseada nas instituições religiosas mais simples e primitivas. O autor analisa o sistema de clãs e o totemismo de certas tribos. Ele domina uma teoria da essência da religião e propõe uma interpretação sociológica das formas do pensamento humano. Alphonse Dupront (1976), por sua vez, adota uma abordagem antropológica da religião, afirmando que a antropologia religiosa é erigida como uma ciência do homem religioso e que esta última está em busca do todo-poderoso na religião. Mircea Eliade (2001) descreve um trabalho como introdução geral ao estudo fenomenológico e histórico dos fatos religiosos; Ele estuda a situação do homem em um mundo saturado de valores religiosos. Dá uma introdução à história das religiões e um equilíbrio do nosso conhecimento nesta área. Esses autores foram importantes para uma compreensão sociológica, antropológica e histórica da religião. No que diz respeito à sexualidade na escola, para Foucault (2001), o excesso de informação que muitas vezes é transmitido baseia-se na fragmentação do conhecimento.

Logo, a sexualidade é tratada de maneira superficial e imune à reflexão. Todavia, a escola “fala” da sexualidade mesmo quando não quer, e por vezes grosseiramente, seja na arquitetura, na sala de aula, no arranjo dos pátios de recreio, ou nos regulamentos elaborados para a vigilância dos alunos. Aborda-se, no entanto, a um momento histórico em que essa maneira com que a escola trata a sexualidade tem de ser explicitada, no entanto no período atual não se faz mais sentido lidar com sexualidade de forma velada, se queremos um mundo mais maduro e esclarecido, não se pode dar preferência ao implícito em detrimento da explicitação das questões relativas à sexualidade” (Pinto, 1999).

No que diz respeito à religião e sexualidade, este objeto de estudo, é importante buscar na história uma sequência do tema desde a antiguidade até os dias de

hoje, na história geral ou no Brasil. A esse respeito, Peter Brown (1990) trabalha na construção do poder negro da Igreja Católica em sua chamada fase da Igreja primitiva, da sociedade pagã à sociedade cristianizada. O autor aborda como eixo principal as discussões dentro da Igreja primitiva sobre sexualidade e espiritualidade, nomeadamente a continência sexual, o jejum, as peregrinações, o messianismo, o celibato e a virgindade. Santo Agostinho (1995) em seu livro “Virgindade Consagrada” descreve o tema da religião e da sexualidade, seu conteúdo acrescentou algo novo à visão dominante da sexualidade no ambiente eclesial. Neste livro, ele aborda a questão da virgindade, castidade de fornicação e casamento no início do cristianismo.

A Reforma trouxe grandes novidades para a compreensão da sexualidade na Idade Média, recuperando o significado original da prática da castidade e da virgindade e, portanto, a apreciação e admissão do matrimônio tanto ao leigo quanto ao clero, tem sido uma das mudanças mais importantes que a Reforma trouxe na vida medieval.

Ronaldo Vainfas (1992), que liderou uma preocupante reflexão sobre temas que contribuíram para a construção da moralidade sexual no Ocidente, desde o cristianismo primitivo até o final da Idade Média. Este mesmo autor (1989), sobre o Brasil, reconstrói as principais características da moralidade e da sexualidade. Ele habilmente descreve em detalhes como nossos ancestrais fornicaram seus casamentos e jovens, suas práticas homossexuais e repressão sexual. Também no Brasil, Laura de Mello Souza (1986) está realizou um estudo sobre feitiçaria nos tempos coloniais. Uma verdadeira arqueologia da religiosidade popular, baseada nos cronistas da época, na devassidão eclesiástica e nos processos da inquisição.

RELIGIÃO E SEXUALIDADE: SEU CONTORNO NA HISTÓRIA E NA FILOSOFIA

A religião em relação à sexualidade sendo um instrumento ideológico e político-social, orientou os indivíduos para a moralidade, negando sua sexualidade a maior parte do tempo. A principal exceção vem dos orientais, que foram guiados pelas orientações religiosas do taoísmo, do budismo e do confucionismo, que têm relação com a sexualidade sem a força repressiva das igrejas cristãs. A sociedade oriental sempre foi muito mais livre e natural que a Ocidental. Religiões e filosofias orientais são sempre baseadas no equilíbrio e na complementaridade entre princípios opostos, simbolizados principalmente pelo “feminino” (yin) e o “masculino” (yang). As mulheres têm um suprimento infinito de Yin, enquanto os homens têm uma quantidade limitada de Yang. Isso pode ser compensado pelo ato sexual: o homem que atrasa o orgasmo e dá à mulher prazer máximo em orgasmos múltiplos absorve muito da energia Yin de seu companheiro. Mais de 2000 anos atrás, na China, no Japão e na Índia, os filósofos indicaram que a sexualidade conferia iluminação espiritual. Esse sexo buscava não apenas o prazer, mas também a transcendência da mortalidade humana.

Os chineses descobriram o equilíbrio na natureza e aplicaram-no em todas as áreas de suas vidas, incluindo a sexualidade. “Desde a 1ª Dinastia Chinesa (1750 aC), há uma expressão para o sexo:” Nuvens e chuva “. Esta metáfora representa os céus e a terra fazendo amor. “(Sexo no mundo oriental) Os gregos e romanos parecem ser bastante liberais. Em Pompeia, gráficos e pinturas que tratam de atividades sexuais são expressos de uma maneira mais natural e menos inibitória do que hoje. O pênis é personificado como deus Facsinus, foi considerado como um símbolo de fertilidade e abundância. Ele foi esculpido em vários tamanhos e materiais, este símbolo foi excluído de qualquer conotação obscena e foi encontrado em ambas habitações privadas e edifícios. públicos.

Na Grécia, a mitologia e as saídas dos gregos são inexpugnáveis de relações sexuais. Zeus é como um dos deuses mais notáveis nesta área. Numerosos deuses e semi-deuses em pó, mas com uma força de fertilização masculina, devido aos símbolos da sexualidade: ‘Ele pode ver o pensamento de Dionísio, a morte da vida e do vinho. Festas e ritos nas proximidades da Grécia e Roma, responsáveis por esses deuses felizes, orgias e fertilizantes. Também é interessante pensar que os bacantes - pré-condições de Roman Bacchus, identificações com Dionísio - nas prisões dos sexos com um ponto de animal: um dos dois, mais o sangue derramado, bem como os rituais mágicos e religiosos (Luna , 2008).

Os gregos são vistos como os mais liberais, pelo menos é a visão que a maioria do Ocidente tem sobre este povo. “O sexo era natural, divino e sempre era realizado como forma de adoração. Não era discriminado e o senso de pudor não existia porque não havia o “não-divino” na sexualidade grega”. (Crowley e Ligvori,2008) . Esta liberdade está associada a algo natural e não necessariamente libertino, pois consideravam “a atividade sexual, tão profundamente ancorada na natureza e é tão natural que não poderia ser – e Rufos de Éfeso o lembrará – considerada má”. (Foucault, 2001).

Os gregos aceitavam a sexualidade sem uma imposição moralista, porém o prazer devia ser regrado, como diz Aristóteles: “é preciso que a faculdade de desejar obedeça à razão como a criança aos mandamentos de seu mestre”. (Foucault , 2001).

Entre os gregos também aparece a ideia de sexo associado á procriação e aí se apresenta a dimensão espiritual da sexualidade associado à pólis. Platão insiste no fato de que: “Tanto um como o outro esposo devem ter em mente (dianoisthai) que eles devem dar à cidade ‘as crianças mais belas e melhores possíveis’. Eles devem pensar nessa tarefa intensamente em função do princípio de que os homens são bem sucedidos naquilo que empreendem ‘quando refletem e aplicam seu espírito ao que fazem’, ao passo que fracassam ‘se não aplicarem seu espírito ou se não o possuírem’”. (Foucault, 2001) . Em relação à mesma ideia pode-se lembrar o que se encontra nos Problemas do pseudo-Aristóteles: “Se acontece tão frequentemente de os filhos dos humanos não parecerem com seus pais é que estes – no momento

do ato sexual – têm a alma agitada de vários modos em vez de só pensar no que fazem nesse instante”. (Foucault, 2001). A filosofia estóica que influenciou bastante o cristianismo, e que representa a fase de decadência da filosofia antiga, trabalha com a ideia de controlar racionalmente o comportamento emocional. Que a qualidade do sábio é a indiferença, e a finalidade de sua existência é a apatia, que nasce da supressão do desejo.

O sábio estóico, nas suas relações sexuais, deve despir-se de qualquer emoção, porque se trata de um ato físico e instintivo assim entendido racionalmente. O próprio casamento passa a ser questionado ao colocar-se a questão do prazer carnal no ato conjugal. Uma das mais fortes consequências disto foi à valorização do celibato. Outra corrente de pensamento que teve grande influência na moral cristã foi gnosticismo. Pregava que o mundo mau como era só poderia provir do demônio; que um Deus só poderia ter criado a alma. A única solução, diziam os gnósticos, era o manter-se casto. Embora, sob vários aspectos, o cristianismo tenha resistido ao pessimismo gnóstico, ele adota amplamente a idealização da castidade como algo mais próximo de Deus. Na Idade Média a sexualidade foi constantemente abordada. Porém, conforme Foucault, aborda a sexualidade continua ocupando um papel importante nos hábitos sociais, mudando-se apenas sua conotação, fala-se agora da repressão da sexualidade.

O cristianismo surge do sincretismo das tradições judaicas e neoplatônicas. Torna-se religião oficial do Estado romano no século IV A.C, e assim permanece por dez séculos. Período em que o regime escravista do mundo antigo se transforma no regime de vassalagem ou servidão do mundo feudal. Neste momento a religião (cristã) torna-se sinônimo de doutrina ética. O guia moral que dá unidade às diversas comunidades (feudos). A ética se fundamenta a partir da seguinte concepção metafísica: Deus criador, a verdade é revelada (plano de Deus); os Mandamentos de Deus; a desobediência é igual a pecado; o homem pecador deve buscar a salvação; o sobrenatural tem primazia sobre o natural. A visão teocêntrica faz os valores religiosos impregnar as concepções éticas e os critérios de bem ou de mal se acham vinculados à fé e dependem da esperança da vida pós-morte. Nas perspectivas religiosas os valores são considerados transcendentais, pois resultam da doação divina. Identifica-se, então, o homem moral como homem temente a Deus. A consequência disso é a regulação do comportamento moral no mundo material (expição da culpa do pecado original) para ser premiado (felicidade, liberdade) no mundo imaterial após morte física. Como a sexualidade está no âmbito material é, portanto fonte de pecado e deve-se ficar afastado de suas “tentações”. É necessário levar uma vida simples e afastada dos prazeres e desejos.

O problema da nova fé era em relação ao casamento: como conseguir manter um dos princípios básicos do cristianismo aceitos na forma do “crescei e multiplicai-vos” sem considerar a atração ou o prazer sexual? “Após advertir duramente contra a imoralidade sexual na segunda parte do capítulo 6 da epístola (versos de 12 a

20), o apóstolo Paulo passa a falar no capítulo 7 dos deveres quanto ao casamento onde exalta a fidelidade conjugal entre o marido e a esposa. Fala daqueles fazem a sua opção pelo celibato para se dedicarem mais às atividades eclesiais, porém recomenda que aqueles que não tenham a vocação para uma vida de castidade que se casassem” (Wikipédia, a enciclopédia livre). O apóstolo reconhece que o casamento não era um pecado, mas havia muita virtude em renunciar a ele, pois se baseava na premissa de que Eva era de ordem sexual, e o fruto da árvore do conhecimento era o conhecimento carnal.

O sexo agora deveria limitar-se a propagação da espécie e não deveria ser feito por prazer. Conforme Santo Agostinho, no paraíso não havia tensão entre o impulso e o ato sexual. “Foi a partir da danação dos nossos pais primeiros que essa desgraça começou. Parecia-lhe que o casamento, a relação sexual e o Paraíso eram tão incompatíveis como o Paraíso e a Morte. Desse modo, a sexualidade permanecia como o indicador da queda do homem, do seu triste declínio da anterior situação angelical, fazendo com que deslizesse para baixo, para a natureza física, e desta para a sepultura. Está certo que os casais deveriam preocupar-se em gerar filhos, mas que o fizessem conscientes de que estavam cometendo um ato de rebaixamento. Era algo necessário, mas humilhante, que deveria ser praticado sob os acordes de uma intensa melancolia. (Brown, 1990).

Ainda segundo Santo Agostinho, em função do pecado original, Adão teria violado sua inocência original por ter mantido relações sexuais com Eva, o sexo se transformou numa vergonhosa luxúria, carregado de culpa. No encontro de dois corpos e pela penetração através do contato genital, Agostinho encontrou a explicação para a maneira pela qual o pecado original nos foi transmitido. Assim, para Agostinho “a relação sexual ou mais precisamente o prazer sexual, é o que transmite o pecado original continuamente de geração em geração.” (Heinemann, 1995, p.90, apud Nascimento).

Nesta perspectiva, o processo de encarnação e redenção de Jesus, é visto também na ótica da sexualidade. Jesus veio ao mundo através de uma santa e milagrosa exceção, que fez do ventre de Maria, um habitat sagrado não contaminado pelo sêmen dos descendentes de Adão. Por isso, Jesus também é o redentor da nossa humanidade, pois estaria livre em seu Ser, de ter sido contaminado pelo pecado original, desde que este, é transmitido pelo ato sexual, do qual Maria não participou. “A Igreja católica, por volta do século XIV e XV, constrói uma outra identidade feminina mítica: a Virgem Maria – Mãe de Cristo, Mãe da Igreja, Mãe dos pobres e infelizes do planeta, que podem ser absolvidos do pecado original, desde que se convertam às normas da Igreja. As mulheres irão alcançar a salvação ao acatar o ideal de feminilidade de Maria, o que pressupõe uma destituição da sexualidade e do prazer, mantendo apenas a função de procriar – o lugar da maternidade, o lugar da Virgem Maria”. (Lopes, 2008).

A crença do pecado original, que levou Santo Agostinho à seguinte reflexão:

se a criança, ao nascer, já traz consigo o pecado original deve-se concluir que o ato sexual engendra, não apenas o corpo, mas a alma também, pois o pecado é da alma. A noção do pecado original é tão essencial à Igreja que Jesus teve que ser concebido por mãe virgem, fecundada pelo Espírito Santo. Mas, como a condenação do ato sexual levava a um impasse, pois a proibição do coito determinaria o fim da espécie humana, a saída foi abençoá-lo pelo casamento e eliminar o pecado pelo batismo.

São Tomás, sem nenhuma pretensão de rever a posição de Agostinho afirmará que “o homem torna-se bestial na cópula, porque não pode moderar com a razão o prazer do coito e a força da concupiscência”. (Benetti, 1998 p.297, apud Nascimento). A partir do cristianismo a sexualidade passa, portanto, a ser vista como pecado e apenas admitida no âmbito matrimonial e exclusivamente para a procriação. A copulação deveria servir só para dar a luz. Desta forma, a monogamia e a virgindade para as mulheres passam a ser valorizadas como símbolos de virtude. Se a contracepção era considerada um pecado grave, a homossexualidade era um crime muito maior e, além de um perigo para a Igreja e um repúdio à moralidade cristã, foi também considerada um perigo para o Estado. O “batismo era recusado ao homossexual, assim como a instrução na fé, até que ele houvesse renunciado a seus hábitos malignos” (Tannahill, 1980)

. O prazer carnal deveria ser evitado e toda a busca do prazer seria condenável mesmo entre os cônjuges. É nesse aspecto que Santo Agostinho afirmava: “o casamento era desprezível apenas enquanto pretendia buscar o prazer carnal. Porém, se destinado à procriação, o matrimônio constituía-se num bem. Agostinho, assim como seus contemporâneos cristãos, não encontrou uma maneira de articular a possibilidade de o prazer sexual fazer parte e enriquecer as relações entre esposo e esposa”. (Brown, 1990.). Na Idade Média a Igreja admite o casamento, porém com menos valor do que o celibato e a virgindade e continua negando o prazer sexual mesmo dentro do casamento e define regras em relação às posições sexuais e limita a frequência de relações sexuais: “Teólogos recomendavam a abstenção nas quintas-feiras, em memória da prisão de Cristo; nas sextas-feiras em memória de sua morte; aos sábados, em honra a Virgem Maria; aos domingos, em homenagem à ressurreição e às segundas-feiras em comemoração aos mortos”. (Tannahill, 1980) .

As posições sexuais também eram controladas pela Igreja Católica, permitindo apenas a em que o homem está numa posição superior: Os teólogos reconheciam esta posição como a única “natural”, sendo todas as outras “antinaturais”, porque modelavam o homem ao animal, invertiam a natureza (hierárquica) do homem e da mulher e também porque outras posições eram suspeitas de prevenir a concepção e, portanto, contrariarem a natureza do casamento, sendo a contracepção um dos maiores pecados do sexo. (Tannahill, 1980). Portanto a visão de mundo medieval, a moral cristã, as discussões sobre a sexualidade e as teses de Santo Agostinho são decisivas para uma moral sexual que tem influência significativa inclusive no Brasil.

O SEXO, SEXUALIDADE E A RELIGIÃO NO BRASIL

A Igreja Católica, como instituição e religião oficial do Estado português, chegou ao Brasil em 1500 com Pedro Álvares Cabral. Atuou como co-convocador, junto ao Estado, da tarefa de organizar a colonização do Brasil. “À frente do projeto de expansão luso-cristã estavam os monarcas portugueses a quem, desde meados do século XV, os papas haviam concedido direitos de visita. Em virtude deste direito, a Santa Sé confiou aos reis de Portugal a missão de evangelizar as novas terras estabelecendo a instituição eclesiástica (...). Explorador e colonizador, os portugueses se consideravam ambos homens de fé. Mas foi uma fé imbuída do espírito da cruzada, segundo a qual a cruz e a espada deveriam caminhar juntas na extensão do reino de Deus “(Azzi, 2001).

O poder estabelecido no período colonial promoveu um modelo de catolicismo, chamado cristianismo. Nesta igreja que era uma instituição subordinada ao Estado e a religião oficial funcionava como um instrumento de dominação social, política e cultural. A religião, sem dúvida, tem influência na moralidade sexual brasileira. Nesta era colonial, a Igreja considerava a sexualidade como o objeto de sua jurisdição, elevando o sexo conjugal à procriação para uma categoria sagrada e jogando tudo o mais no reino diabólico. Os primeiros padres jesuítas que vêm à colônia discutem a questão da nudez nativa, por exemplo, como algo pecaminoso, porque “os portugueses, quando chegaram ao Brasil, ficaram horrorizados ao ver os índios nus e ver como eles trataram a sexualidade.

Desde o início, a situação era preocupante porque Manuel da Nóbrega, um dos primeiros em uma missão jesuíta recentemente descoberta no Brasil, “implora ao rei que mande mulheres brancas imediatamente para confrontar os portugueses com o sacramento do matrimônio. E essa era a urgência que até aceitaria o descrédito das mulheres “ (Vainfas, 1998) . Do ponto de vista medieval do mundo, a Igreja impôs ao Brasil uma moralidade sexual de condenar os costumes indígenas e impor comportamentos rígidos limitando a sexualidade. É verdade que, em todo caso, os agentes eclesiásticos da colonização tentaram por todos os meios tornar o Brasil parte legítima da cristandade romana, o que implicou, entre outras coisas, difundir o modelo do matrimônio cristão: uniões sacramentais, família conjugal, continência e austeridade.

Eles tentaram com os índios e depois com os africanos, vindo aqui em busca de aventura, ficaram, no entanto, frustrados pelos interesses comerciais da colonização, pela escravidão, pelo hibridismo cultural que a colônia brasileira possuía por vocação. (Vainfas, 1998). Os padres jesuítas sempre se esforçaram para exercer a catequese, a cultura sexual local se opondo aos costumes cristãos. “O frenesi sexual era em primeiro lugar entre os índios: sempre nu, polígamo, incestuoso” (Vainfas, 1998).

As Índias, depois os escravos, alimentaram a sede de devassidão que assola os

trópicos. Segundo a Igreja, esse deboche ocorreu por bigamia, adultério, sodomia, zoofilia. Portanto, era obrigação da Igreja pôr fim a tal situação. O Santo Ofício impôs um comportamento sexual condenando a homossexualidade, o casamento de padres, a contracepção e o prazer sexual em geral, especialmente entre as mulheres, e impõe normas que proíbem a discussão de certos tópicos com os quais não é acordado. “Vários casos envolvendo a homossexualidade no Brasil colonial foram relatados. Os cadernos de Nefando incluíam casos de sodomia. E ele explica que o mais temido não era derramar esperma no chamado “navio proibido”, mas que a alternativa sexual deveria ser erradicada porque favorecia a destruição do casamento, pregava o livre prazer, impedia a procriação “. (Oliveira, 2008).

O professor Ronaldo Vainfas (1998), relatou que os atos nocivos das classes baixa eram pouco preocupantes, tendo a salvação espiritual pouca ou nenhuma importância. Menos ainda foram os ensaios envolvendo o clero e as mulheres brancas. Os religiosos, pecadores ou não, eram muito úteis no processo de colonização e, para as poucas mulheres, não podiam faltar homens, porque eram necessários para o casamento e concubinato, para a colonização da terra. “O reconhecimento e a apreciação do sexo e da vida conjugal foram completamente diferentes para os negros, brancos e indianos. Entre os negros e indianos, a fertilidade era encorajada, os sindicatos não legalizados eram aceitos e as famílias muitas vezes eram reduzidas a mulheres e crianças. Entre os brancos, o casamento deveria seguir o padrão das uniões legais e monogâmicas em que eles valorizavam, especialmente a virgindade e a fidelidade das mulheres. “(Del Priore, 2001).

O Brasil era uma terra de índios e negros, com escassez de mulheres brancas para o casamento. A colônia tornou-se assim um paraíso para as pessoas que buscam satisfação sexual, fortemente reprimidas em Portugal. Chegados na colônia, os portugueses logo tentaram se comunicar publicamente com vários índios, porque era um procedimento comum para quem chegava aqui. E durante as horas devotadas ao credo, pediram perdão a Deus para atacar os índios que, semi nus e disponíveis, estavam a caminho. (Oliveira, 2008). Dos primeiros jesuítas ao trabalho do Santo Ofício, a Igreja Católica procurou discutir, condenar e controlar as práticas sexuais. Foi discutido e codificado se o ato denunciado fosse um erro, um pecado ou um crime; o grau de punição - por exemplo, morte ao fogo, castração, confisco de propriedade, degradação; e a extensão do ato - se houvesse descarga de esperma, se houvesse apenas derrames nos genitais, se fossem apenas homens com boas maneiras e roupas, se fosse uma relação entre mulheres. Que o crime ou o pecado não consiste em uma sodomia, um nome dado à vasta lista de atos sexuais excluindo a penetração anal ou vaginal, como a masturbação, o sexo oral e desvio sexual. (Ribeiro,2008).

A Colônia dos séculos XVI e XVII era altamente erótica, de extrema liberdade sexual, mas a Igreja impôs uma moral sexual a partir de uma visão medieval de mundo, agindo com poderes para investigar qualquer denúncia que implicasse no

não cumprimento das leis e normas da Igreja Católica relacionadas à vida cotidiana da população. O Estado Brasileiro durante o período imperial assumiu o regime do padroado e o Brasil era um país confessional, de religião oficial Católica e assim a Igreja estava claramente atrelada ao Estado. “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de tempo”. (Art. 5º Constituição de 1824). A moral imposta pela igreja na era colonial é também o tempo, depois, em um momento de importante debate sobre o modelo da sociedade, consciente das ideias liberais do Iluminismo, mas com as possibilidades de um novo clima cultural, no entanto, aqui no Brasil, com a proclamação da república, ocorreu a separação da igreja e do estado. A Igreja na região para assim reconectar a Igreja Católica e outras igrejas e dar-lhes o direito de organizar e realizar sua missão.

Em relação à moral, a Igreja continuou a impor as suas normas, impedindo as discussões sobre tudo o que não concordava. Dessa forma, a normatização da sexualidade continuou sob seu controle. A Igreja influenciou definitivamente a nossa moral sexual. Uma moral que foi estabelecida a partir do Concílio de Trento, mas a Igreja manteve rigidamente suas posições até os dias atuais. Hoje a essência deste modelo é defendida fervorosamente pelo atual papa que continua tentando estabelecer valores sexuais, preocupado em moldar e controlar o comportamento humano, mas esse paradigma está em crise na medida em que as leis tendem a adaptar-se aos novos hábitos e aos novos comportamentos em função das transformações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas, que a Igreja já não pode conter.

POSIÇÕES DE ALGUMAS RELIGIÕES EM RELAÇÃO À SEXUALIDADE

Entendem-se que diferentes religiões lidam com o tema da sexualidade na sociedade, quando a religião se posiciona em um determinado tema (a sexualidade é um deles) explicita uma visão de mundo. Perspectivas doutrinárias e cosmológicas estão em jogo além de suas tradições religiosas. Tudo isso trás consequências sociais e políticas. O desafio que aqui se coloca diz respeito ao impasse referente a conciliar diferentes convicções com as responsabilidades sociais atuais. Expõe aqui um panorama geral de posições religiosas sobre a sexualidade.

O Professor Ronaldo Vainfas (1998), informa que não havia muita preocupação com os atos nefandos das classes inferiores e de cor, já que sua salvação espiritual era de pouca ou nenhuma importância. Mais raros ainda eram processos envolvendo pessoas ligadas ao clero e mulheres brancas. Os religiosos, pecadores ou não, eram muito úteis no processo colonizador, e quanto às mulheres, por seu escasso número, não podiam faltar aos homens, já que necessárias para o casamento e para o concubinato, em favor do povoamento da terra. “O reconhecimento e a valorização

da vida sexual e matrimonial eram completamente diferentes para negros, brancos ou índios. Entre negros e índios a fecundidade era estimulada, aceitavam-se uniões não legalizadas e famílias que muitas vezes se resumiam a mulher e filhos. Entre os brancos, o casamento devia seguir o padrão das uniões legais e monogâmicas, em que se valorizavam, sobretudo a virgindade e a fidelidade das mulheres”. (Del Priore, 2001).

A RELIGIÃO E AS TÉCNICAS DE SI

O próprio pensamento, uma tarefa a ser empreendida pelo sujeito como uma exegese de si. Para os helenísticos, os exercícios, como os de decomposição do tempo, visavam elaborar uma noção de temporalidade em que o presente é tomado como oportunidade de o indivíduo garantir sua liberdade em relação ao que o cerca. É preciso que se vejam as coisas em sua diversidade e descontinuidade, como uma dispersão, não em sua unidade. Esse princípio deve ser aplicado à vida toda, inclusive a si mesmo, afinal o sujeito também possui um modo de ser marcado pela descontinuidade. O único elemento de fixação de identidade do sujeito é a virtude, que é vista como uma força de coesão da alma, como uma falsa unidade. A única unidade de que somos capazes e que pode nos fundar naquilo que somos, a identidade de sujeito que podemos e devemos ser em relação a nós mesmos, é somente aquela que somos enquanto sujeito razoáveis, isto é, nada mais que a razão que preside o mundo. Consequentemente, se olharmos abaixo de nós, ou antes, se olharmos a nós mesmos de cima para baixo, nada mais somos que uma série de elementos distintos um dos outros: elementos materiais, instantes descontínuos. Mas se tentarmos nos apreender como princípio razoável e racional, perceberemos então que nada mais somos senão parte de algo que é a razão presidindo o mundo inteiro. Os exercícios espirituais tanto tinham como finalidade a dissolução da individualidade, quanto estabelecer a identidade do sujeito. O sentido era de aplicar o espírito a si mesmo e isso não significava estabelecer um saber sobre a interioridade do sujeito, mas proporcionar uma mobilização do saber que provocasse um deslocamento do sujeito até um ponto elevado em que pudesse perceber a si mesmo, que possibilitasse a esse sujeito apreender as coisas em sua realidade e valor, que possibilitasse ao sujeito apreender-se a si mesmo em sua própria realidade. Foucault, (2001) “O sujeito deve perceber-se na verdade do seu ser.” Esse saber permite que o sujeito não só encontre a sua liberdade como também que, sendo livre, encontre a felicidade e a perfeição para as quais é capaz. Esse saber da espiritualidade é que foi sendo pouco a pouco apagado para dar lugar ao saber do conhecimento na modernidade. “Deste saber do conhecimento, o sujeito nada pode esperar para a sua transfiguração.” Porém, esse saber da espiritualidade desaparecerá completamente com o Iluminismo. Para Foucault (2001), se concentra

na análise da prática de si, na ação que está implicada nessa conversão de si, da filosofia helenística, que tem a ver com aquisição da virtude. Essa ação está ligada a um saber prático, que é resultado de um esforço, de um treinamento, como uma arte de si: a áskesis. Trata-se de uma maneira de ligar o sujeito à verdade, como uma prática da verdade que possibilita descobrir “em que medida o fato de conhecer a verdade, de dizer a verdade, de praticar e de exercer a verdade, pode permitir ao sujeito não somente agir, mas ser como deve ser e como quer ser”. O que está envolvido na ascese helenística é: a “constituição de um saber sobre o mundo como experiência espiritual do sujeito”, a “constituição do sujeito como fim último para si mesmo através e pelo exercício da verdade”. Isso difere da proposta da modernidade que exige um saber objetivante que impõe ao sujeito um conhecimento e a sujeição do mesmo a uma ordem. A história da subjetividade comporta um processo de transformação lenta em que se deu essa passagem da espiritualidade do saber e da prática da verdade para o estado do domínio do conhecimento pelo sujeito e a sujeição a uma lei. A áskesis era, de início, essa espiritualidade do saber bem como essa prática e exercício da verdade. Essa ascese (áskese) difere também da ascese cristã, baseada na renúncia a si, visto que estava voltada para uma “constituição de uma relação plena, acabada e completa de si para consigo”. Trata-se de dotar o sujeito do que ele não possui e de prepará-lo para os imprevistos do futuro. “Na espiritualidade antiga, sobretudo no estoicismo, a prática ascética e suas diferentes técnicas de si visam a subjetivação das enunciações verdadeiras por meio da transformação no modo de ser do sujeito ouvinte, escriturante e dirigido.” É possível traçar uma comparação entre o sábio e o atleta na medida em que ambos precisam estar preparados apenas para aquilo com que vão se deparar. No cristianismo, esse preparo visa, no entanto, a uma trajetória progressiva em direção à santidade, a uma superação de si a ponto de renunciar-se a si. Como um atleta, o cristão tem um inimigo, que é ele mesmo, com quem terá que enfrentar perigos como o pecado, a sua natureza decaída e as investidas diabólicas, ao contrário da espiritualidade antiga, que envolvia também uma luta, mas contra os acontecimentos do mundo exterior. “O atleta antigo é um atleta do acontecimento. Já o cristão é um atleta de si mesmo.” Essa preparação do indivíduo – uma paraskué – consiste, portanto, em: uma aprendizagem de alguns movimentos necessários a uma arte de viver, uma atividade discursiva que visa dotar o sujeito da capacidade do dizer verdadeiro a partir da aquisição de frases (lógoi) fundadas na razão, ou seja, princípios aceitáveis de comportamento como se essas frases falassem por ele, a um modo de ser constituído por esse discurso persuasivo que se integra ao indivíduo e comanda sua ação. O que está implicado nessa preparação é a transformação dos discursos verdadeiros em princípios de comportamento, a transformação do lógos em êthos, de modo que a ascese seja compreendida como aquilo que faz com que o dizer verdadeiro se torne o modo de ser do sujeito. “Constituir-se a si mesmo por um exercício em que o dizer verdadeiro se torna o modo de ser do sujeito.” Foucault

(2001), deixa claro que o objetivo da ascese filosófica do período helenístico é: colocar o sujeito como fim último de sua própria existência, equipar o sujeito para enfrentar os acontecimentos possíveis da vida, e ligar o sujeito à verdade. Isso difere de tudo o que se tem hoje por ascese, principalmente pela influência do ascetismo cristão. Essa ascese filosófica pagã é o que permite, de um lado, adquirir os discursos verdadeiros, dos quais se tem necessidade em todas as circunstâncias, acontecimentos e aventuras da vida, a fim de estabelecer uma relação adequada, plena e acabada consigo mesmo; de outro lado, e ao mesmo tempo, a ascese é o que permite fazer de si mesmo o sujeito destes discursos verdadeiros, é o que permite fazer de si mesmo o sujeito que diz a verdade e que, por esta enunciação da verdade, encontra-se transfigurado, e transfigurado precisamente pelo fato de dizer a verdade. A ascese da prática de si tem por função o que Foucault chama de subjetivação do discurso verdadeiro, que faz com que o indivíduo se torne o sujeito do discurso verdadeiro. A ascese cristã, porém, propõe algo diferente disso, que é a renúncia de si, ao dar ênfase a um momento em que pode se ver uma objetivação de si em um discurso de verdade, que é o momento da confissão. Os procedimentos de subjetivação do discurso verdadeiro visam a que o sujeito apreenda os discursos que recebeu como verdades que são suas a ponto de tornar-se sujeito da enunciação do discurso verdadeiro. Envolvem práticas de escuta, de leitura, de escrita e de fala que oferecem o suporte para esse modo de ascese. A escuta é o primeiro momento dessa prática de si em que a verdade é apreendida pelo sujeito e que se constitui assim como seu êthos. É um exercício que comporta uma ambiguidade visto que envolve o sentido da audição e a percepção do lógos, uma relação entre uma atitude passiva de recepção que não pode estar dissociada de uma atividade racionalmente articulada como a fala. “Portanto, ambiguidade fundamental da audição: *pathetikós* e *logikós*.” Esse esquema ambíguo faz com que a escuta comporte riscos, uma vez que está sempre sujeita a equívocos e falta de atenção. Como a ascese da escuta é o que dá acesso à verdade, é preciso que se faça uso de uma certa arte, uma habilidade adquirida e uma prática assídua que possibilite a reflexão e a purificação da escuta. É preciso que se observe o silêncio: é preciso primeiramente escutar sem intervir. É preciso que se desenvolva uma atenção fixa como uma imobilidade do corpo que possa garantir a qualidade da atenção. Essa imobilidade do corpo tem uma função moral de evidenciar um certo domínio de si. É preciso que se assuma um compromisso, uma manifestação de vontade de se sustentar o discurso verdadeiro. Trata-se, portanto, de uma ética da escuta que tem por objetivo fazer com que o sujeito apreenda o que ouviu, faça um exame de si e lance um olhar sobre si mesmo. A alma que escuta deve vigiar a si mesma. Prestando atenção como deve àquilo que ouve, ela presta atenção, no que ouve, à significação às crises que a teologia enfrenta na pós-modernidade. O que se depreende a partir das provocações de Foucault é que as crises que a teologia hoje enfrenta são decorrentes dos próprios discursos de autonomia engendrados na cultura ocidental, ou seja, são consequências

da modernidade, uma vez que esta foi construída a partir das interferências cristãs sobre a cultura ocidental. Outra questão que continua em aberto é se Michel Foucault é um bom interlocutor para a teologia. Uma vez que desenvolve uma crítica sobre as circunstâncias históricas em que se deu a relação sujeito e objeto, a análise de Foucault torna-se imprescindível para a compreensão desse tempo e do modo como os saberes são construídos tendo em vista a legitimação de uma verdade. Embora sua crítica seja contundente e aponte para uma rejeição da experiência cristã e da moralidade que se construiu em torno da religião, suas provocações inquietam e exigem da teologia uma resposta que precisa sempre ser atualizada.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. A virgindade consagrada. São Paulo: Paulinas, 1990. selecionadas. v. 5. São Leopoldo: Sinodal, 1995.

BERGER, Peter L. O Dossel Sagrado elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985. BROWN, Peter. Corpo e sociedade. O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo. Rio: Zahar, 1990.

DUPRONT, Alphonse, in: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). 1976. História: novos objetos, novas abordagens, novos problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves. DURKHEIN, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano: a essência das religiões. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

LUTERO, Martinho. Ética - Fundamentos, Oração, Sexualidade. Vol. 5 Sindal , 1995. PINTO, Elizabeth Baptista. Orientação Sexual na Escola: a importância da Psicopedagogia nessa nova realidade. São Paulo: Gente, 1999. SOUZA, Laura de Mello. O Diabo e a Terra de Santa Cruz. Ed. Companhia das Letras, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão. Ed. Ática, 1992.
_____. Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO: Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos(IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do grupo de pesquisa - GESTELD- Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5670805010201977>

ÍNDICE REMISSIVO

B

Brasil Imperial 104

C

Carismas 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 64

Comunidade cristã 12, 31

Corpo 12, 13, 14, 16, 17, 18, 23, 32, 40, 41, 44, 45, 46, 63, 67, 94, 122, 128, 129

D

Defesa da dignidade 38, 39

Direitos Humanos 8, 9, 11, 60, 69, 70, 71, 77, 78, 79, 91, 97

Ditadura Militar 1, 2, 8, 10, 11

E

Eleitorado Evangélico 99, 103

F

Fundamentalismos 71, 80

H

Hegemonia 5, 91, 94

I

Igreja católica 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 26, 32, 69, 84, 85, 104, 107, 110, 116, 118, 121, 122, 123, 124, 125

Intolerância 58, 77, 78, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98

L

Laicidades 71

M

Memória e História 60, 61

Mulheres 13, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 75, 76, 80, 85, 94, 113, 114, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126

N

Natureza 25, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 56, 60, 61, 63, 73, 84, 87, 119, 121, 122, 127

P

Pastorais sociais 60, 61, 62, 66, 68

Perseguição 7, 23, 75, 90

Política 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 34, 41, 46, 51, 65, 66, 73, 74, 75, 78, 79, 83, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 113, 114, 123

R

Reformador brasileiro 104, 108, 113

Religião 1, 3, 4, 21, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 103, 105, 107, 110, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 120, 123, 125, 126, 129

Religião afro brasileira 90

Religiosidade brasileira contemporânea 71

S

Sexualidade 1, 2, 76, 94, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 129, 130

Sociedade 2, 3, 4, 11, 34, 40, 43, 44, 45, 47, 49, 56, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 89, 95, 96, 97, 105, 106, 109, 110, 111, 113, 114, 117, 118, 125, 129

Submissão 32, 53

T

Técnicas de si na Sexualidade 116

V

Violência 6, 7, 8, 43, 45, 58, 90, 92, 93, 95, 96, 97

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-685-0

